

ENERGIA

Eletricidade: famílias estão a mudar para tarifas indexadas e há quem esteja a conseguir energia de borla



Foto Reuters

Alguns milhares de famílias mudaram em janeiro de fornecedor de eletricidade, aderindo a preços indexados, em vez de tarifas fixas. Parte desses clientes estão a receber faturas próximas do zero e em alguns casos negativas

3 FEVEREIRO 2023 20:35



Miguel Prado
Jornalista

Há uma franja de consumidores em Portugal que em vez de pagar pela eletricidade que consomem estão a ser pagos pelo que consomem. Leu bem: segundo as informações recolhidas pelo **Expresso**, em pelo menos dois comercializadores de energia que operam no nosso mercado com preços indexados de eletricidade houve situações com um valor negativo do kilowatt hora (kWh) em janeiro, gerando, em alguns casos, notas de crédito a favor dos clientes, que não só não tiveram de pagar nada na primeira fatura do ano como ainda receberam um crédito a descontar na fatura seguinte. Noutros casos a primeira fatura do novo ano foi muito próxima do zero.

A Luzboa, comercializador de energia com sede em Viseu, e a Copérnico, uma cooperativa também presente no fornecimento de eletricidade, são dois casos de fornecedores nos quais uma parte dos clientes conseguiram em janeiro notas de crédito, pelo facto de terem contratado tarifas indexadas que resultaram em preços negativos do kWh.

A Coopérnico surge no simulador da ERSE como tendo a oferta de eletricidade mais barata do mercado, e o seu co-fundador, Nuno Brito Jorge, admitiu ao Expresso que a cooperativa teve no início do ano uma adesão significativa para o que era a sua carteira de clientes. Obteve cerca de 250 novos clientes de eletricidade em janeiro, e passou a somar aproximadamente um milhar de contratos. Nuno Brito Jorge não adiantou quantos destes clientes vão ter faturas negativas, mas indicou que nos casos em que tal tenha acontecido “a ideia é acumular para o mês seguinte”, ou seja, gerar uma nota de crédito para abater ao valor que venha a resultar do consumo de energia do próximo mês.

Na Luzboa o fenómeno é similar, mas com maior expressão. “No nosso tarifário indexado tivemos cerca de 2500 adesões desde o início do ano”, revelou ao Expresso o co-fundador da empresa, Pedro Morais Leitão.



A Luzboa conta agora com aproximadamente sete mil clientes. E uma parte desses clientes registou em janeiro um preço negativo para o kWh consumido, levando à emissão de notas de crédito. No entanto, segundo Pedro Morais Leitão, a emissão de notas de crédito não é para já uma situação generalizada na sua carteira de clientes.

“Notamos que a maior parte dos consumidores que aderiram ao tarifário Luzboa Spot [indexado aos preços grossistas] são pessoas informadas, o que nos sossega. Nós não estamos aqui para obrigar as pessoas a ter um tarifário indexado que as desfavoreça, mas avisamos que este tipo de tarifário comporta um risco de preço para o consumidor, que deve pelo menos mensalmente informar-se sobre como está o mercado”, explica Pedro Morais Leitão.

Com efeito, os tarifários indexados têm preços por kWh que variam todos os meses. Nuns podem ser muito baixos, noutros muito altos. Mas segundo Pedro Morais Leitão, mesmo que o preço grossista da eletricidade suba, num dado período de faturação, para os 170 euros por MWh (o valor médio de 2022), a tarifa indexada da sua empresa não irá além dos 11 cêntimos por kWh.

A situação de haver consumidores domésticos com preços negativos para o seu consumo de energia em janeiro será inédita em Portugal e resulta de circunstâncias extraordinárias, que poderão não se repetir nos meses seguintes.

Mas como é possível que a energia consumida pelo cliente final tenha um valor negativo? Acontece porque as tarifas de acesso às redes fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) para 2023 têm valores negativos.

O preço que o comercializador de eletricidade cobra ao cliente final resulta da combinação da tarifa de acesso à rede e do custo grossista da energia no mercado ibérico, acrescido da margem comercial do fornecedor. E isso é válido tanto para os comercializadores com tarifários indexados como para os que têm preços fixos (a três ou a 12 meses). Só que no caso dos tarifários indexados, os consumidores ficam diretamente expostos ao preço grossista. E em janeiro esse preço foi particularmente reduzido (se comparado com o padrão de 2022 e dos contratos futuros para 2023).

PORQUE HÁ TARIFAS DE ACESSO NEGATIVAS?

A existência de tarifas de acesso à rede negativas é algo pouco habitual na história do sistema elétrico nacional, e pode não se repetir em 2024, mas no que toca a 2023 resulta de um conjunto de fatores já explicitados pela ERSE na aprovação de tarifas reguladas para o corrente ano.

No cálculo das tarifas reguladas pela ERSE para 2023 pesou uma forte descida dos CIEG (Custos de Interesse Económico Geral). Esta rubrica, correspondente aos “custos de decisões políticas” na área energética, transformou-se num benefício para famílias e empresas, por vários motivos.

Por um lado, a produção do regime especial (sobretudo renováveis) tem um preço fixo garantido que é muito inferior à estimativa da ERSE de preço de mercado da eletricidade para 2023. Por outro lado, o Governo decidiu transferir para o sistema elétrico verbas avultadas (2500 milhões de euros) no final de 2022, de forma a mitigar o impacto dos altos preços grossistas que se verificavam nessa altura e que se perspetivavam para o novo ano.

A própria ERSE realçava, em dezembro, que esse impacto é extraordinário. “Importa reforçar que o nível tarifário de 2023, em particular nas tarifas de acesso às redes, é reflexo de condições muito próprias e conjunturais que poderão não se repetir nos próximos anos”, apontava o regulador.

PEQUENOS FORNECEDORES TÊM PREÇOS INDEXADOS, GRANDES NÃO

Pedro Morais Leitão explica que a Luzboa recebe da E-Redes (distribuidora de eletricidade) 9,58 cêntimos por kWh. Ou seja, a tarifa de acesso às redes é negativa em 9,58 cêntimos por kWh, ou 95,8 euros por



megawatt hora (MWh). Se num dado período a soma do preço grossista da eletricidade e a margem de comercialização (que no caso da Luzboa é de 5 euros por MWh, ou 0,5 cêntimos por kWh) ficarem abaixo desses 95,8 euros por MWh então o valor aplicado ao cliente será negativo; se aquela soma ultrapassar os 95,8 euros por MWh, o valor aplicado ao cliente será positivo.

No caso de janeiro, o preço médio grossista do mercado ibérico foi de 69 euros por megawatt hora MWh, ou 6,9 cêntimos por kWh, e isso levou a que muitos dos clientes da Luzboa tenham tido valores negativos para a rubrica de energia da sua fatura, levando ao recebimento de notas de crédito nuns casos, ou de faturas particularmente baixas noutros.

Mas esta situação, que estará a beneficiar alguns consumidores, não é generalizada no mercado nacional, já que a vasta maioria dos seis milhões de contratos domésticos estão associados a tarifas fixas, e não indexadas. E mesmo entre os comercializadores que têm preços indexados há alguns com faturas mais altas que as da Coopérnico e da Luzboa. Embora sejam tarifas indexadas aos preços grossistas, as fórmulas de cálculo de cada comercializador podem ditar preços mais altos (por os custos de gestão e de cobertura de risco desse fornecedor serem mais altos, por exemplo).

A empresa algarvia Luzigás é outro comercializador com tarifas indexadas, mas no simulador da ERSE tem preços ligeiramente mais caros que os da Coopérnico e da Luzboa. O co-fundador da Luzigás, José Faria, avançou ao Expresso que em janeiro na sua carteira de clientes “houve faturas que roçaram o zero”. Só no primeiro mês do ano a Luzigás teve 650 novas adesões aos seus preços indexados, elevando a sua carteira para cerca de 7200 clientes.

Há outras empresas com tarifas indexadas de eletricidade. A Repsol, que entrou neste mercado em Portugal no verão do ano passado, é uma delas. O Expresso questionou a Repsol sobre quantas adesões teve ao seu tarifário indexado, mas a empresa não quis revelar.

Os comercializadores com maiores quotas de mercado entre os clientes domésticos, como a EDP Comercial, Endesa, Iberdrola, Goldenergy e Galp, permanecem arredados, por opção, dos preços indexados, disponibilizando apenas tarifas fixas (ainda que atualizáveis trimestralmente).

Estas empresas de maior dimensão também beneficiam de tarifas de acesso à rede negativas, em condições similares às dos pequenos comercializadores, mas terão estratégias comerciais distintas, custos de estrutura maiores (que as levam a praticar preços mais altos) e políticas de aprovisionamento diferentes (em vez de estarem expostas ao mercado grossista preferem adquirir antecipadamente a maior parte dos volumes de energia em contratos a prazo, que vêm registando preços bem mais altos do que os do mercado diário em janeiro).

Os resultados do simulador da ERSE continuam a apontar, como no início de janeiro, uma vantagem clara dos preços indexados face às ofertas fixas. Num perfil de 300 kWh de consumo mensal, com 3,45 kVA de potência contratada, o pódio das melhores ofertas atualmente é da Coopérnico (um custo anual de 275 euros), Luzboa (276 euros) e Plenitude (280 euros), seguindo-se a Luzigás (336 euros) e Repsol (357 euros).

Das empresas com maiores quotas de mercado, para o mesmo perfil de consumo a Galp apresenta uma fatura anual de 636 euros, a Endesa de 664 euros, a Iberdrola de 698 euros, a Goldenergy de 714 euros e a EDP Comercial de 737 euros. As tarifas reguladas (como as praticadas pela SU Eletricidade) representam, neste perfil, um encargo anual de 796 euros.

Este diferencial, de centenas de euros no espaço de um ano, é teórico, pressupondo que as condições atuais do mercado grossista persistem ao longo de todo o ano. Só mês a mês quem está com tarifas indexadas saberá quanto está realmente a economizar em relação às tarifas fixas. Mas janeiro foi um mês de autênticos ganhos caídos do céu para quem optou por aderir aos tarifários indexados, com eletricidade... ao preço da chuva.